

## Ata da Reunião Ampliada Ordinária de Novembro do CEDM/PR

1  
2  
3 Ao décimo oitavo dia do mês de Novembro de dois mil e dezenove, às nove horas em  
4 primeira chamada e às nove horas e quarenta e cinco minutos em segunda chamada, no  
5 Centro de Convenções na Rua Rachel Cândido de Siqueira, 533, em Almirante  
6 Tamandaré, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher  
7 do Paraná. **Abertura**, senhora Jane Vasques, Secretaria Executiva, dá as boas vindas  
8 aos presentes e solicita que Conselheiros se apresentem, assim como todos os  
9 convidados. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Conselheiros**  
10 **Representantes Governamentais**: Tutular: Mara Sperandio-SEJUR/DGDM,  
11 Suplente:Tania Domingues- SEJUF/DGDM, Titular: Jussara Ribeiro-SEAB, Suplente:  
12 Kelly Cunha-SEJUF/DEDIF, Titular: Carolina Poliquesi - SESA, Titular: Silvia Castro-SEPL,  
13 Titular: Joseli Collaço -SUDIS, Titular Kamila Kunz SEDU, Titular Marcia Marcondes  
14 SESP, **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil**: Titular Maria Isabel Correa  
15 UBM, Titular Angela Haiduk - CRP, Suplente Roberta Bacarin -CRP, Titular Carmen  
16 Ribeiro-RFS, Titular Giana de Marco -Grupo Dignidade, Suplente Ana Carolina Fagundes-  
17 Grupo Dignidade, Suplente Ana Paula Busato-CUT, Titular Ivanete Xavier RMN, Titular:  
18 Rosalina-Batista -ASSEMPA , Titular: Maria Elvira Araujo -FAMOPAR, Titular: Terezinha  
19 Possebom – HUMSOL, Titular:Marisa Stedile – FETEC.**Colaboradores e Convidados**:  
20 Amelia Cabral Alessi SEJUF/DEDIF e Janaina Plasido MPPR.

21 **1. Abertura**: A Presidente do Conselho Sra. Maria Isabel Correa, dá boas vindas a todas e  
22 todos, e agradece a acolhida do Município para com o CEDM, fala da importância de  
23 trazer a política pública e a importância da criação do Conselho da Mulher em Almirante  
24 Tamandaré explana sobre a violência contra a Mulher, já que o Município tem um dos  
25 maiores índices do Estado. Após a fala da presidente, a senhora Mara Sperandio, Chefe  
26 do Departamento de Garantias de Direitos da Mulher – Secretaria da Justiça, Família e  
27 Trabalho e conselheira deste conselho, agradeceu ao município de Almirante Tamandaré  
28 e ao Sr. Valdecir Giareta, Secretário da Indústria, Comércio e Trabalho, por iniciar o  
29 processo a fim de que a reunião realiza-se no município, assim como agradeceu ao Sr.  
30 Ernesto Antônio Rossi, Secretário da Família e Desenvolvimento Social, ao Sr. Jucie  
31 Parreira da Secretaria de Educação e Cultura, representando a Prefeitura de Almirante  
32 Tamandaré, e à Maria Cristina Bonassi, coordenadora da Rede de Proteção do Município,  
33 além de agradecer a cada um dos demais presentes. Como representante do secretário  
34 Ney Leprovost, a conselheira elucidou que o conselho está abrigado na SEJUF, em  
35 conjunto com demais quinze conselhos. A chefe do Dpto. justificou a ausência do  
36 secretário. Expressou que a valorização da mulher é uma das metas da Secretaria  
37 segundo as demandas que os conselhos municipais encaminham para que o governo crie  
38 políticas públicas, com a problemática de que nem todos os municípios são contemplados  
39 com conselho ou, alguns casos, não estão ativos; assim, apresentou os seguintes dados:  
40 o Paraná registra 62 casos de violência física ou moral contra a mulher, resultado em  
41 média em 5 casos a cada duas horas - a Grande Curitiba registra 16 casos de violência  
42 contra a mulher por dia; foram mais de 3 mil casos registrados em 2018. A conselheira,  
43 porém, manifestou que é preciso reconhecer o lado positivo, visto que o aumento das  
44 denúncias significa empoderamento das mulheres, fruto do trabalho de conscientização e  
45 orientação da Secretaria. Apresentou o material gráfico informativo que está em produção  
46 e carece-se da divulgação máxima dos municípios, além de uma cartilha em que os  
47 homens são o público-alvo, já que a maioria destes desconhecem os tipos de violência



48 para além da física e sexual. A Secretaria, assim, promoveu uma minuta que já está  
49 tramitando enquanto projeto de lei para que as empresas reservem 2% de vagas para  
50 mulheres vítimas de violência doméstica, além de capacitar em 24 Escritório Regionais e  
51 nos 399 municípios, via web, para que se replique para as demais mulheres acerca da  
52 violência. Explanou também acerca do trabalho com as delegacias para instruir o  
53 tratamento de quando e como agir ante a uma violência. A Lei Estadual da Mulher, já  
54 tramitada pela SEFA, com um fundo de pontapé para os municípios, onde se auxiliará em  
55 casos de acolhimento, casas-abrigo e afins, determinado pelo conselho. Mas, sobretudo,  
56 manifestou, a preponderância de fortalecer a região metropolitana de Curitiba. Adiante, o  
57 Secretário Jucie Parreira, em nome do Prefeito, saudou a todos os presentes e  
58 rememorou a história do próprio município, expressando que a caminhada, chegando a  
59 ser um dos municípios mais violentos para as mulheres, deve continuar, além ressaltar as  
60 pautas referentes ao racismo, já que a maioria das mulheres vítimas de violência são  
61 parte da população negra, e à transfobia, além das práticas de educação que estão na  
62 base dessa construção. Nesse sentido, Mana Lucena, mediadora de cultura, acolheu aos  
63 presentes com a leitura de um poema. A presidente do conselho agradeceu à fala do  
64 Secretário, exprimindo a grandeza de importância que é os gestores públicos estarem em  
65 consonância com o pensamento de acolhimento aos que estão expostos à vulnerabilidade  
66 na sociedade. **2. Mesa Redonda: Panorama da Violência Contra a Mulher da Região**  
67 **Metropolitana – Coordenadora: Carmen Ribeiro; Apresentação SESA - Carolina**  
68 **Poliquesi; Apresentação SESP - Marcia Marcondes:** A conselheira Carmen elucidou  
69 que a mesa foi articulada pois o tema da violência está de maneira central na pauta,  
70 assim, requereu-se às conselheiras que levassem à reunião dados e informações, para  
71 que se trabalhasse em cima da realidade concreta. A conselheira Carolina apresentou  
72 onde os dados foram trabalhados, além da proposta de atendimento, exibindo dados de  
73 violência e dados do aborto previsto em lei, tanto do ponto de vista da atenção quanto da  
74 vigilância, produtora dos dados. Expressou que se faz parte da Diretoria de Atenção e  
75 Vigilância em Saúde, trabalhando com a violência de toda natureza. Dentro da SESA,  
76 exprimi, fala-se da tipologia da natureza da violência como o que se conhece como  
77 notificação das situações de violência, tanto da auto-provocada quanto da interpessoal,  
78 através das fichas, de onde se extrai os dados apresentados. Expressou que a SESA  
79 possui uma atuação por todo o Estado por meio das 22 Regionais de Saúde, que também  
80 se organizam em macrorregiões de saúde. Destacou o programa de enfrentamento às  
81 violências, na Divisão de Atenção à Saúde da Mulher, com trabalho horizontal na SESA.  
82 Assim, no núcleo em que trabalha, expôs, a Vigilância de Atendimento à Acidentes, o  
83 Núcleo Setorial de Prevenção às Violências, Promoção da Saúde e da Cultura da Paz,  
84 onde se realizam as videoconferências, como com o tema do feminicídio, e também  
85 atenção à saúde das pessoas em situação de violência – integralmente. Dessa maneira,  
86 em conceito, um dos pontos de atenção intersetorial o enfoque generalizante são todas as  
87 pessoas em situação de violência. Exibiu que os fluxos de atendimento estão presentes  
88 no site da SESA, com protocolos disponíveis e os pontos de atenção – com seus papéis.  
89 Nos serviços de referência, é preconizado uma equipe multiprofissional, espera-se que as  
90 pessoas dirijam-se em até 72hrs após a violência sexual, onde, como previsto em lei,  
91 pode-se realizar inclusive a interrupção da gravidez, além da coleta de materiais; o  
92 atendimento funciona 24hrs por dia e todos os dias. Ilustrou que o trabalho de  
93 capacitação da equipe multiprofissional é contínuo, buscando estender-se sempre para  
94 além da capital e região metropolitana. Com isso, em panorama, há 10 regionais de



95 saúde onde o IML dirige-se enquanto Hospital de Referência para fazer a coleta de  
96 vestígio, em que 4 não possuem sede do IML, o que dificulta, e em 8 o IML não se dirige –  
97 logo, um trabalho em conjunto precisa avançar para melhor suportar e atender a  
98 demanda. Acerca do fluxo de atendimento de interrupção de gravidez, expressiu que são  
99 solicitados os exames, conferindo relatos da situação de violência sexual, estabelecendo  
100 contato com serviço de referência, onde os encaminhamentos serão oferecidos e  
101 avaliados se as condições ainda são as previstas em lei para a situação do aborto legal.  
102 O protocolo também pode ser acessado no site. O acompanhamento da vítima dura até 6  
103 meses após o atendimento, verificando-se as demais doenças que aparecer em  
104 decorrência da violência. As normas protocolos seguidos, expressou, estão alinhados com  
105 a proposta da SESA e do Ministério da Saúde. Dos dados de 2017, a conselheira exibiu:  
106 das vítimas de violência, mais 71% dos casos são em pessoas do sexo feminino, e,  
107 também na proporção de violência interpessoal e auto-provocada, no sul do país, que  
108 reverbera a partir dos dados do Brasil, a maior média para o sexo feminino mantém-se.  
109 Os municípios que notificaram, de 2015 a 2018, demonstrou oscilação, mas aumento,  
110 com a dualidade do aumento da violência e, também, da notificação, o que é importante  
111 para a ação, a fim de qualidade de dados. Segundo o tipo de unidade da regional,  
112 destacou-se aquelas informações que entraram pela unidade básica de saúde, que  
113 acontece pouco e o que seria preferência: por macrorregião, para cada 100 mil  
114 habitantes, por regional de saúde, apresentou os dados. Ilustrou também a faixa etária,  
115 onde se encontra números maiores entre 20 e 29 anos, mas desde os 10 aos 39, com  
116 destaque à 15 a 21 também – ou seja, mulheres jovens. Em relação à raça, mostrou que  
117 os dados são turvos por conta do recorte racial do estado. Já em relação à escolaridade,  
118 prevalecem as mulheres entre 5ª e 8ª série do ensino fundamental incompleta, seguida do  
119 ensino médio incompleto. Já a zona de residência, maior prevalência na área urbana. E  
120 os casos que aconteceram mais de uma vez são mais de 43%. 80% dos casos  
121 acontecem na própria residência. Já segundo o tipo de violência, a física apresenta maior  
122 proporção, e 13% são de violência sexual: onde o que mais ocorre é o estupro, seguido  
123 do assédio sexual. Espancamento é o tipo de violência física mais recorrente. Dos  
124 encaminhamentos, a sequência de rede de saúde, para depois segurança e, quando  
125 necessário, posteriormente, conselho tutelar, aponta para um ponto positivo na maneira  
126 que a problemática tem sido conduzida. Na proporção de óbitos por tentativa de suicídio,  
127 exibiu, destaca-se o enforcamento; exibiu também os dados por 100 mil habitantes nas  
128 regionais de saúde, com destaque para Pato Branco. Já a de homicídios, armas de fogo  
129 desponta como a principal causa. Na taxa de 100 mil habitantes para este, destaque para  
130 Telêmaco Borba. A conselheira prosseguiu mostrando os dados acerca do aborto previsto  
131 em lei, em que se levantou: de 2016 a 2019 foram 93 procedimentos, porém não é  
132 especificado a causa do aborto, apenas que foram por causas legais. 47% dos casos de  
133 abortamento legal aconteceram com mulheres na faixa de 20 a 29 anos, diretamente  
134 ligado, em uma observação lógica, aos dados e violência sexual. Das notificações por  
135 estupro, foram 10 em 2016, 23 em 2017, 34 em 2018 e 23 em 2019. Dos abortos  
136 notificados na mesma época, também um número menor do que o dos outros dados. Os  
137 dados de escolaridade também estão em consonância. Dos municípios de notificação,  
138 destaque para os que têm serviço de referência. Adiante, a conselheira Márcia  
139 Marcondes, da SESP, coordenadora das Delegacias da Mulher no Estado, iniciou sua  
140 apresentação. A coordenadora ressaltou a heterogeneidade da região metropolitana –  
141 foco da apresentação – o que gera a dificuldade de um impacto único, mas a busca por



142 uma universalização. Dentro dessas cidades há 16 delegacias, algumas em  
143 funcionamento pleno e outras nem tanto, com apenas duas cidades com Delegacias da  
144 Mulher. Dentro dessas cidades, há cartórios específicos para atendimento à mulher,  
145 enfoque buscado pelas delegacias de abarcar em sua estrutura já presente o tipo de  
146 especialização por conta da demanda, já que 30% dos casos registrados nesses espaços  
147 são de violência contra mulher. Em um recorte percentual, por serem maioria, a  
148 conselheira expressou que as mulheres brancas estão mais protegidas, mesmo que  
149 apareçam com mais recorrência que mulheres negras nos dados: o fato só acontece por  
150 serem maioria populacional. Além da grande desproteção da mulher indígena e, agora, da  
151 mulher migrante, que gerará uma mudança de protocolo. Assim como com as mulheres  
152 religiosas, em que toda dificuldade provém do machismo, que gera também grande  
153 tolerância e falta de intervenção nos conflitos interpessoais. Em material humano, a  
154 coordenadora exibiu que o número de funcionários das cidades da região metropolitana é  
155 compatível com o de uma cidade de pequena, entretanto lidando com problemas de  
156 grande escala, além da conurbação dificultando a definição de qual espaço é de quem,  
157 demandando a criação de um cinturão urbano. Em 2019 foram 79 mortes por feminicídio  
158 e em 2018 foram 68. Porém, em estudos acerca do feminicídio consumado, evidencia-se  
159 as várias oportunidades desperdiçadas de intervenção antes da conclusão trágica, em  
160 que se envolvem denúncias e relatos, isso enquanto estado quanto à sociedade. A  
161 conselheira optou por não exibir demais dados. Argumentou também que a defasagem de  
162 informações deve-se à falta de notificação realizada pelas pessoas, enquanto nos casos  
163 de homicídio não é necessário aguardar tal boletim. A conselheira encerrou exprimindo  
164 ainda que a reação violenta por parte dos homens está construída sob uma cultura de  
165 objetificação da mulher, em termos de posse – que precisa contornada e vencida,  
166 impedindo a progressividade da violência. Para isso, a cultura do empoderamento deve  
167 sobrepor-se. Prosseguindo, a conselheira Carmen reiterou o caráter de extrema  
168 importância da identificação dos problemas e da tentativa de se aproximar da realidade, já  
169 que culturalmente é difícil retirar as mulheres do ambiente de violência e encaminhá-las a  
170 prestar queixa ou buscar ajuda. Assim sendo, abriu-se para dúvidas, manifestações  
171 questionamentos. A conselheira Silvana expressiu que as mulheres que sofrem fazem  
172 parte de uma rede, que as sufoca, onde a religião por vezes formula o consentimento. Já  
173 a Sra. Elza, do CMDM de Curitiba, apontou e reconheceu a trajetória de mulheres  
174 feministas que atuaram e construíram o processo apresentado pela SESA e pela SESP,  
175 importante para refletir a conjuntura de política pública. Assim, questionou como se  
176 retoma ou reconstrói o processo cultural a fim da mudança de mentalidade, como a  
177 demora para a formulação da denúncia. Já a Sra. Carolina Nascimento questionou como  
178 são vistas as mulheres trans e travestis dentro do sistema de dados apresentado pela  
179 Carolina. A Sra. Flávia, do CMDM de Quatro Barra, expressou acerca da violência  
180 institucional, especialmente com mulheres gestantes durante o parto, dizendo que não  
181 sabe qual encaminhamento deve realizar-se, ocorrendo, inclusive, a naturalização da  
182 violência por parte das mulheres. Assim, questionou como levar tal problema adiante. A  
183 Sra. Elici Melim, presidente do CMDM de Palotina, questionou por que não se consegue,  
184 afinal, evitar o feminicídio, exemplificando que em um município pequeno como o seu  
185 todos sabem e reconhecem os conflitos que, diversas vezes, antecedem ao irreversível. A  
186 Sra. Rosalina, presidente do CMDM de Londrina, manifestou que, apesar de seu  
187 município possuir uma rede forte, muitas vezes não recebem uma resposta contundente  
188 da polícia diante da denúncia. Logo após, a palavra foi passada à mesa. Sobre a pergunta



189 da Elza, a conselheira Carolina expressou que a mudança cultural está envolto em tudo  
190 que foi expresso, da transmissão da informação ao melhor trato desde o nascimento,  
191 perpassando ao citado acerca da violência obstétrica. Dos dados sobre mulheres trans e  
192 travestis, expressou que o caminho está na ficha de notificação, dessa maneira, solicitou  
193 auxílio para se pensar em um levantamento específico, pois a ficha também possui a  
194 classificação a partir desse tipo de informação, além de também constar se o crime foi  
195 realizado por alguma causa de lgbtfobia. Ainda da violência obstétrica, manifestou que  
196 houve uma lei em que se procurou trabalhar a atenção de boas práticas em relação ao  
197 parto, que devem ser respeitadas e, quando não, denunciadas, pois a lei também aponta  
198 que a notificação deve ser realizada nas demais esferas, como na SEFA. Assim, a  
199 observância da lei fortalece o enfrentamento à violência. A conselheira Márcia expressou,  
200 também, que o boletim de ocorrência também consta as questões de transgêneros e  
201 travestis, a fim de uma observação específica e preocupada com as causas que assolam  
202 tais mulheres. E também requereu reclamações das falhas institucionais, a fim de que  
203 haja coerção. Prossequindo as inscrições, a conselheira Bel cobrou, das duas secretarias,  
204 que o CDMD de Curitiba já pediu uma reunião conjunta e expressou que é importante  
205 também para os demais conselhos. Já a Sra. Maria Alzira, do município em questão,  
206 requereu que as reuniões ampliadas pelos municípios seja uma prática e manifestou a  
207 importância de existir Conselhos Municipais, expondo que não se sabe se o  
208 encaminhamento da criação do conselho em seu município foi seguida. Além disso, expôs  
209 a violência que presencia, enquanto professora, das meninas crianças e jovens. A Sra.  
210 Renata, do CMDM de Paranaguá, questionou quantas delegacias da mulher existem no  
211 Paraná e se as capacitações nas delegacias comuns acontece, além de questionar como  
212 levar essas situações às delegacias para que não banalizem as mortes de mulheres  
213 independente de sua condição social. A conselheira Márcia respondeu às perguntas  
214 dizendo que acerca da polícia não coibir, argumentando que não pode entrar na casa, é  
215 difícil opinar por uma questão legal e pela falta de informações, já sobre as delegacias  
216 informou que há 20 delegacias da mulher no Estado, com a proximidade da inauguração  
217 de mais uma, e que há sim capacitações realizadas, mas que a informação nem sempre  
218 promove sensibilidade, além de uma solução mais específica que está sendo  
219 desenvolvida em Paranaguá. Assim, a mesa-redonda encerrou-se. **3. Apreciação da**  
220 **Pauta:** Pauta aprovada. Informes da Secretaria Executiva: Justificativas de Ausência:  
221 Tania C. de Castro Ribeiro – TITULAR – CIAF; Marceli de Camargo – SUPLENTE – CIAF;  
222 Isabela Candeloro Campoi -Titular – UNESPAR; Maria Inez Barbosa Marques – Suplente  
223 – UNESPAR; Ana Carolina Moura Melo Dartora – Titular – APP. Audiência: Procuradora  
224 da Mulher Cristina Silvestri, na Alep, sobre 11 anos de assassinato de Rachel Genofre. -  
225 Alep - Sobre a Violência contra a Mulher. Participações: Participação na Conferência  
226 Extraordinária de Políticas para as Mulheres de Curitiba; Participação no Seminário  
227 Estação Casa – PUC – Pelos Direitos das Crianças que Estão Com Suas Mães em  
228 Contexto Prisional. Substituições: Angela Aline Haiduk em substituição a Grazielle  
229 Tagliamento – CRP. ATAS: Setembro e Outubro estão prontas e serão encaminhadas por  
230 e-mail para contribuições e a de Novembro está sendo elaborada e será enviada por e-  
231 mail quando finalizada. Acerca da comissão da conferência, relatou-se que houve a  
232 reunião e deliberou-se aos municípios que as conferências municipais estão do dia 1 de  
233 outubro deste ano até o dia 30 de abril para realiza conferências municipais e/ou  
234 regionais, ressaltando a importância da realização e do debate. Expressiu-se que a  
235 comissão estadual é para realizar-se até Julho, com a probabilidade de ser estendida.



236 Porém, ainda não há informação do estado de quantas pessoas cada município poderá  
237 destinar a participar da estadual, pois ainda não conhece o total de possibilidade de  
238 gastos. Mas pediu para que o processo de seleção dos delegados acontece a fim que a  
239 programação da conferência não seja interrompida. Expressou também sobre a comissão  
240 especial para avaliar dois conselhos que enviaram a legislação; neste sentido, a  
241 conselheira Carmen e a conselheira Marcia, que fazem parte da comissão, apresentaram  
242 acerca da reunião: a Carmen relatou que a comissão analisou dois processos, um sobre  
243 Cascavel, onde não se dava protagonismo à mulher. Assim, o encaminhamento foi de  
244 instruir que a composição deve sempre fortalecer o protagonismo e a autonomia feminina,  
245 visto que se trata de conselho de mulheres – logo, a direção não pode ser de homens,  
246 mesmo que se entenda a situação de pouco pessoal dos setores e, ainda, nesses casos,  
247 da parte governamental, pode ser minimamente aceitável, mas não da sociedade civil.  
248 Outra preocupação foi que se fala da representação da sociedade civil exigindo que as  
249 entidades sejam legalmente constituídas, limitando participação de movimentos que não  
250 possuem CNPJ, como coletivos – por isso, a necessidade de cautela, já que a exigência  
251 legal pode ser substituída pela comprovação de funcionamento por um período de dois  
252 anos, por exemplo. Além de extinguir os termos de média e alta complexidade, já que o  
253 termo é da área de assistência e da saúde. E também a elucidação de que o conselho  
254 deve avaliar o rumo dos encaminhamentos em todos os níveis, inclusive federais, e não  
255 só observando a questão municipal. Se aprovado, o parecer é enviado ao conselho de  
256 Cascavel. Adiante, conselheira Márcia apresentou que o CMDM de Toledo gostaria de  
257 saber a situação legal do regimento a nível estadual. Na comissão realizou-se uma  
258 análise e dentro dele a comissão sugeriu a alteração do artigo 17 e seu inciso 2º, pois  
259 acharam problemática a situação de segunda convocação com qualquer número, mas  
260 que se elucide que careça de ao menos um representante governamental e um  
261 representante da sociedade civil. Os dois pareceres foram homologados. Já a conselheira  
262 Maria Isabel explanou que se esteve na assembleia legislativa a convite da Dep. Cristina  
263 Silvestre porque teve-se algumas arestas com a Assembleia Legislativa, como a criação  
264 do Dia Contra o Aborto. Assim, a orientação é de que mudasse o dia para a  
265 conscientização do aborto, não de contrariedade a ele. Mas não obtiveram resultado, a lei  
266 passou, o Estado tomou posicionamento contra o aborto, e a discussão permaneceu no  
267 conselho. Assim, dirigiu-se à Assembleia e requereu-se que todos os projetos de lei que  
268 entrassem e dissessem respeito à mulher que fossem enviados ao Conselho para  
269 parecer, o que foi acatado, dependendo da afirmativa da comissão de constituição e  
270 justiça. Esteve-se ainda na audiência pública sobre violência contra mulher e, durante a  
271 audiência, porém, sem espaço de fala. A este respeito, com luta, obtiveram tal lugar de  
272 fala posteriormente, além de conseguir outros espaços para a Sociedade Civil. Com isso,  
273 o recado à Assembleia do papel dos Conselhos de Direitos. Acerca da violação de direitos  
274 de pessoas vulnerabilizadas, registram a importância de se levar ao conselho, a fim de  
275 recorrer em ação de proteção a tais mulheres, parte do papel do conselho. **4. Dr. Marcos**  
276 **Antônio da Cunha Araujo** - Juiz da Vara Criminal de Almirante Tamandaré - Projeto de  
277 Apoio e Orientação aos autores de violência: o juiz explanou acerca do projeto do qual  
278 está envolvido, em contato com grupos de autores de violência dentro do relacionamento,  
279 no caso, promovendo o contato e orientação para casais em que aconteceu algum caso  
280 de violência doméstica. Após, abriu-se inscrições para perguntas, colocações e  
281 questionamentos. A Sra. Margareth questionou por que o projeto não poderia ser  
282 desenvolvido em outros municípios, além de trabalhar na adolescência e no período



283 escolar. Já a Janaína, do MP, parabenizou o desenvolvimento do grupo para autores de  
284 violência e questionou se há alguma ação desenvolvida no plano de ação dos autores de  
285 violência a nível estadual, com intervenção da própria Secretaria de Justiça. E ao Dr.  
286 Marcos questionou que, se a lei Maria da Penha traz como incentivo o desenvolvimento  
287 de programas educacionais relativos à temática de gênero, então, perguntou como seria a  
288 abordagem dentro das escolas do município. O Juiz respondeu que o tema está sendo  
289 trabalhado diretamente com a Secretaria de Educação, organizando o currículo com base  
290 em orientações superiores, em consonância com os pais para que se fale sobre violência  
291 doméstica dentro de casa. Porém, ressaltou que há uma orientação federal que não se  
292 aborde gênero nas escolas, ainda que isso contrarie uma perspectiva em lei, no caso, a  
293 lei Maria da Penha, que incita esse tipo de debate. Sobre não levar o curso às demais  
294 regiões, o Dr. expressou que há uma ideia mais técnica do curso, a fim de tornar uma  
295 política pública concreta, a fim de padronizar e tornar o modelo mais abrangente, além do  
296 fato de que o resultado ainda é recente para maiores subsídios e organização mais  
297 ampla. Já a Conselheira Mara Sperandio, questionou se no histórico do agressor consta  
298 violência infantil. Ele respondeu que, no caso, não se trabalhará em regra a questão da  
299 vulnerabilidade da criança em relação ao pai, ate porque a primeira medida que se tem  
300 quando a informação chega é o afastamento, até por uma questão de código penal.  
301 Assim, o curso é para relacionamentos, no caso, para casais. A Sra. Jocelia Secretária de  
302 Segurança do Município de Almirante Tamandaré, manifestou que não se aceitará o  
303 fechamento de uma das varas criminais de Almirante Tamandaré, visto que é uma  
304 necessidade do município que tem aumentado, recorrendo ao auxílio da SEJUF e das  
305 representações do Secretário Ney Leprevost, já que a redução de uma vara promoveria a  
306 segregação de direitos. Por fim, o juiz apresentou a psicóloga Talita, responsável pelo  
307 curso. Esta apresentou que o grupo existe há algum tempo, hoje com apoio de diferentes  
308 pessoas do município, onde são aplicados 6 módulos e cada módulo é um tema, onde se  
309 procura chamar alguma pessoa especializada para instruir e formar. Encerrando, o Dr.  
310 Marcos explanou uma fala de agradecimento e despediu-se. **5. Sr. Ernesto A Rossi -**  
311 **Secretário Municipal de Ação Social de Almirante Tamandaré - Secretaria de Ação Social:**  
312 o Secretário deu início à sua fala relatando a importância da temática para o município,  
313 que enfrenta diversas questões referentes à violência, porém, diante da preponderância  
314 de tantas apresentações, exposições e debates que estão desenrolando-se no evento,  
315 além do pouco tempo hábil, o Secretário apenas agradeceu a presença de todos e deu  
316 continuidade ao evento cedendo seu tempo de falar para os pontos previstos em pauta  
317 adiante. **6. Apresentação - Boas Práticas de Política da Mulher de Londrina:** a ...  
318 apresentou como está organizada a política para a mulher em Londrina, além de desafios  
319 e propostas, fruto da experiência em caminhada com o CMDM do município. Do histórico,  
320 Londrina foi um dos primeiros lugares do Estado a ter instituições próprias para a política  
321 da mulher, provindo do contexto político e histórico-social do lugar, como a Delegacia da  
322 Mulher inaugurando em 1986 e o Centro de Referência e Atendimento à Mulher no último  
323 ano. Com a Coordenadoria da Mulher, hoje chamada Secretaria Especial de Políticas  
324 para as Mulheres – fruto da evolução e da defesa do espaço de se pensar a defesa à  
325 mulher -, além da Delegacia da Mulher, há atendimento especializado às vítimas de  
326 violência sexual e O Juizado de Violência Doméstica, dentre outros. Com o advento da  
327 *Marcha das Vadias* e o surgimento de novos coletivos, o conselho municipal adaptou-se  
328 para incluir novas adeptas e mentalidades na promoção de políticas. O município também  
329 buscou alternativas para o atendimento de homens envolvidos nos casos de violência,



330 chegando a um trabalho similar do apresentado pelo Dr. Marcos. Ou seja, existe uma rede  
331 completa e estruturada, apesar das limitações. Mas enfocou que o principal aspecto  
332 combatido em questão de políticas para a mulher é o enfrentamento às violências, logo,  
333 Londrina tem avançado. Assim, apresentou as estratégias nesse sentido, com exemplos  
334 como a Casa Abrigo, o trabalho de geração de renda e os projetos ligados à  
335 transversalidade de gênero. Em relação ao Centro de Referência, exibiu os números que  
336 demonstram uma redução a partir de 2012, visto que houvera a criação do Juizado, onde  
337 muitas mulheres encontram suporte. Mas logo após houve um aumento, justificada pelo  
338 trabalho de busca das notificações, fundamental pelo processo de sensibilização da rede  
339 de assistência, chegando às mulheres antes da deflagração de ocorrências mais graves,  
340 além de várias outras ações preventivas. Dos projetos estratégicos em relação à gestão:  
341 o conselho é o espaço de discussão e planejamento. Atuação enquanto incidência política  
342 e defesa de direitos das mulheres, com organização de debates dos candidatos a Prefeito  
343 observando a pauta dedicada às mulheres. A participação em audiências públicas,  
344 presentes nos projetos de políticas públicas, além de interferir com sugestões em outras  
345 áreas que impactam as mulheres e em demais conferências e conselhos. Ainda  
346 participando e promovendo grandes eventos também, a fim da visibilidade. Do Plano  
347 Municipal de Políticas para Mulheres, uma forma de garantir a transversalidade,  
348 expressou que se encontra em um processo de atualização em conjunto com a  
349 Secretaria. A Rede de Enfrentamento à violência, outra estratégia transversal, uma das  
350 principais experiências, instituída por decreto, com reuniões periódicas mensais da rede e  
351 onde se encontram pessoas especializadas e participam para fortalecer os organismos de  
352 políticas para mulheres. Relatou vários avanços, como a maternidade do HU, com a  
353 dificuldade da falta de profissionais, a fim de apreender as demandas do município. Do  
354 Observatório da Violência, tenta-se construir um banco de dados com informações de  
355 indicadores, mesmo que lidando com sistemas que não se conversam mesmo lidando  
356 com os mesmos casos – assim, o projeto estratégico é uma das prioridades, com o  
357 intuito de construir um mapa da violência em conjunto com a UEL e a UFPR. Dos  
358 desafios, como gestor, em nível estrutural, é a continuidade e efetividade das políticas  
359 para as mulheres em nível federal, com discursos e práticas indicando retrocessos. Além  
360 do reconhecimento no âmbito gestor, com pouco repasse de recursos - falta de  
361 reconhecimento interno. E o desafio da transversalidade de gênero e o atendimento à  
362 pluralidade, encontrando a representatividade de, por exemplo, mulheres migrantes,  
363 indígenas e afins. Falta de suporte técnico e falta de representatividade no âmbito  
364 legislativo. Adiante, a presidente do CMDM de Londrina, Rosalina, complementou acerca  
365 do papel político do conselho, já que, diante do retrocesso já que o prefeito eleito enxugou  
366 o espaço destinada à mulher na gestão, chegando a esquivar-se de reuniões e encontros.  
367 Assim, mobilizaram-se, lutaram por seus direitos, e a Secretaria da Mulher foi reinstituída.  
368 Expressou ainda que o conselho trabalha com ações importantes como os projetos  
369 Cultivar cidadania e Mulher Arte e Feira. Expressiu ainda sobre como é importante o  
370 contato com a sociedade para conhecer os casos de violência à mulher, indo à rua para  
371 dialogar e estar visível, avançando da tese à prática. **5. Sra. Valeria Melo** - Diretora Geral  
372 - Secretaria da Mulher - Fazenda Rio Grande: a diretora apresentou algumas questões  
373 referentes ao controle social, fruto da reestruturação, com trabalho na transversalidade.  
374 Os dados são principalmente de julho a novembro. Assim, exibiu: a secretaria enfrenta os  
375 problemas de, além de ser recente, lidar com pouca arrecadação e muita demanda; o  
376 objetivo da secretaria é dar diretrizes, articular e coordenar a política das mulheres, mas



377 também com enfoque às violências. A secretaria é composta por 6 membras. O trabalho  
378 da Secretaria segue 4 eixos de atuação: o de projetos, o de gestão estratégica – onde fica  
379 o controle social -, o de promoção da mulher – trabalho, inclusão e formação política -, e o  
380 de prevenção e enfrentamento à violência. Do Núcleo de Atendimento à Mulher, uma das  
381 propostas é de agilizar os processos policiais acerca das questões da mulher, sobretudo  
382 ofertando suporte a essa vítima de todos os lados, em parceria com a SESP. De setembro  
383 de 2018 a Julho deste ano, foram 664 mulheres atendidas. Em conjunto com o núcleo  
384 existe a Patrulha Mulher Segura, com casais de patrulha especializados na abordagem de  
385 atendimento e intervenção, além do apoio à Secretaria. Já o projeto Bem Me Quer Mal Me  
386 Quer leva-se informações aos canais de denúncia e as formas de violência, espalhando  
387 cartazes de denúncia por toda a cidade, com o aumento do trabalho do Núcleo. O projeto  
388 Roda de Fuxico trabalha o empoderamento das mulheres, com rodas de conversa, onde  
389 um dos pontos centrais é a valorização da mulher negra. Enquanto o projeto Amparar está  
390 ligado à SESA, quando a mulher precisa de exames periciais e outros tipos de suporte,  
391 com um carro da Secretaria de Saúde disponível e com uma motorista mulher para levar  
392 os agendamentos emergenciais ao IML. Uma das práticas também é a de dar visibilidade  
393 às questões da mulher, exibindo a importância e as dificuldades de trabalhar com pouco  
394 repasse e pouco pessoal, executado pelo projeto Por Elas, um programa de apresentação  
395 para as demais secretarias. O CMDM do município esteve parado desde de sua criação,  
396 em 2003; assim, foi reativado e, atualmente, a secretaria da mulher não consta com  
397 representação por questões legais; assim, reestruturou-se a lei, formulou-se a  
398 possibilidade de criação de um fundo, e a lei de fortalecimento do conselho já estar a ser  
399 aprovada. Do diagnóstico e mapa da mulher, em construção, tenta-se consolidar dados  
400 sobre os índices, informações que vêm com dificuldade, mas com a meta de construir  
401 dados que obtenham informações abrangentes, com a ideia de apresentação do primeiro  
402 mapa em Março, a fim de que a execução seja o início da lapidação. Assim, expressou  
403 que todas as coisas apresentadas foram avaliadas pelo conselho municipal e agora a  
404 atenção está voltada para a realização da conferência. **6. Sra. Jocelia Fonseca** -  
405 Secretária de Segurança Pública e Cidadania de Almirante Tamandaré: a secretária  
406 agradeceu a presença de todas e ressaltou a importância de mulheres aguerridas na  
407 política. Enquanto secretária que cuida parte da segurança, lidando com homens,  
408 expressou que enfrenta dificuldades, mas realiza com afinco. A secretária cuida do  
409 Detran, da parte de segurança e toda a interface com o judiciário, tendo em vista o  
410 compromisso do município de reduzir os índices de violência. O início do trabalho também  
411 foi a coleta de dados, primeiramente com o levantamento de boletins. Uma das maiores  
412 dificuldades, expressou, ainda é a delegacia cidadã, mas que as obras já começaram. Do  
413 trabalho iniciado, a interface com as polícias têm contato diário e direto com as PM's. Os  
414 dias em que os instrumentos não funcionam, justificou, dependem das instruções de  
415 políticas públicas, não da secretária. Mas, dessa maneira, o enfoque é sempre na  
416 prevenção de casos: monitoramento e mapeamento de horários é um dos passos dados,  
417 além dos locais. Registrou um aumento no registro das mulheres negras vítimas de  
418 violência, com a necessidade de um olhar atento também às questões étnicas. Adiante,  
419 manifestou a importância de integração da rede para que os índices estejam em  
420 consonância. Sobretudo, apontou a necessidade de um compromisso integral para além  
421 do trabalho pela causa. Para isso, expressou a grande importância de conscientizar a  
422 polícia acerca de maneiras e comportamentos, além de educar a fim de coibir o machismo  
423 dentro da própria instituição, principalmente em respeito à atitude dos policiais, recorrendo



424 aos poderes de punição quando necessário. Nesse sentido também, a promoção de  
425 cursos de instrução e com ao incentivo à participação de tais policia. Exibiu o término de  
426 preparação do mapa do crime, refeito recorrentemente. Por fim, parabenizou as  
427 presentes, justificou que não apresentou em slides números e imagens por conta do  
428 tempo e ressaltou a importância de se proteger os expostos à vulnerabilidade social com  
429 políticas públicas – no caso particular, as mulheres. Neste sentido, exibiu a progressão  
430 em melhor dos números do município de Almirante Tamandaré desde o início da gestão,  
431 reafirmando a preponderância de trabalhar em virtude de uma cultura da paz. **7. Juliana** -  
432 Diretora Secretaria da Mulher de Toledo: a diretora apenas manifestou o prazer de estar  
433 presente no evento e ressaltou a importância de seguir adiante à reunião com oxigênio  
434 para o trabalho. Acerca de Toledo, contam com a Secretaria da Mulher, Núcleo da Mulher,  
435 Delegacia Especializada e afins, com envolvimento ativo. A Direto expressiu a importância  
436 de ter vivido a reunião para orientar e aproximar a pauta do Conselho Municipal às  
437 questões gerais. Por fim, demonstrou a preocupação em conhecer que não só em seu  
438 município a pauta da mulher é a que recebe menos recursos. **Encerramento:** por fim, dos  
439 informes do dpto., registrou-se o convite para a aula de defesa pessoal para as mulheres  
440 no Palácio das Araucárias no dia 27/11 às 14h. Após os relatos, colocações, discussões,  
441 a presidente Mara Sperandio realizou os agradecimentos e a reunião encerrou-se. Esta  
442 Ata foi redigida pela estagiário Gabriel Rocha e corrigida pela Secretária Executiva Jane  
443 Vasques, após aprovada será publicada no DIOE e inserida no site do CEDM/PR.  
444